



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08096410620188230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSIERE FONTELES DE ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem ratificar a este juízo que, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NUI2733**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DO MÉRITO

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramitou na 3ª Vara Cível de Boa Vista, sendo autuado sob o **nº. 0829629-52.2014.8.23.001**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 07/12/2013.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de LIMITAÇÃO FUNCIONAL DO QUADRIL, **50%**, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Apesar do laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a em lesão em punho direito e bacia, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e o acidente, uma vez que foi informado em contestação que a lesão em quadril ou bacia teria sido preexistente e foi indicado para verificação do nexo de causalidade, o que não realizado pelo Ilmo. Perito.

Por outro giro, de se notar que também houve contradição no laudo, pois no item IV o perito descreveu as lesões em punho direito e pelve, esta, foi qualificada como leve, no entanto, teve o percentual de 25%, ou seja, moderado, demonstrando contradição entre a descrição e a conclusão apontados no laudo, a seguir a Tabela de graduação das lesões do seguro DPVAT.

Diante do exposto, requer seja intimado o Ilmo. Perito para que o mesmo verifique se a lesão em quadril tem nexo de causalidade com este acidente, considerando a existência de lesão anterior no mesmo segmento anatômico, conforme exposto.

Caso não seja esse o entendimento, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada no quadril, que seja desconsiderada tal lesão para efeito de condenação, uma vez que houve a quitação relativa ao pagamento anterior realizado em sede administrativa, conforme apresentado em contestação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

BOA VISTA, 19 de setembro de 2018.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

